

O NOVO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Maria Francimar Teles de Souza ¹
Luciana Cavalcanti de Azevedo²

RESUMO

O Novo Ensino Médio - NEM foi instituído pela Lei nº 13.415/2017, que veio alterar a LDB 9394/96, e apresentar uma nova estrutura curricular para esta etapa da Educação Básica com mudanças na carga horária anual e na reorganização curricular a partir do ano letivo de 2022. Neste artigo busca-se apresentar as modificações ocorridas nesta etapa da educação e os documentos que orientam para a implementação nas escolas brasileiras, sobretudo nas Escolas Estaduais de Educação Profissional. É um trabalho que faz parte da Dissertação do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT, concluído em 2023, no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE. Para obtenção destes dados foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, que mostraram que as Escolas Estaduais de Educação Profissional precisaram considerar as mudanças ocorridas nas matrizes dos cursos em funcionamento, em virtude da necessidade de adequação ao NEM, visto que este vem sendo implementado de forma progressiva, iniciando pela primeira série no ano de 2022, e as demais séries nos anos subsequentes. Assim, todos os cursos (exceto os novos) funcionaram com duas matrizes a partir de 2022: uma para as turmas de primeira série e outra para as turmas de segunda e terceiras séries. Além de algumas unidades curriculares da Formação Geral Básica que também passaram a compor a Parte Diversificada, de forma específica, já que se destinam ao aprofundamento dos conteúdos de modo integrado à parte técnica de acordo com as especificidades de cada curso. Nessa perspectiva, deve haver uma relação entre a formação integral do aluno e a prática social respeitando os princípios norteadores da prática pedagógica, de forma a atender ao que é comum e ao que é diverso, de acordo com a escolha dos discentes, contextualizado nas realidades local, social, escolar.

Palavras-chave: Ensino Integrado, Educação Profissional, Currículo.

INTRODUÇÃO

O Novo Ensino Médio - NEM foi instituído pela Lei nº 13.415/2017, alterou a LDB 9394/96, e veio apresentar uma nova estrutura curricular para esta etapa da Educação Básica com alterações na carga horária anual para 1000h a partir do ano letivo de 2022, na reorganização curricular, através da Formação Geral Básica (FGB) e de Itinerários Formativos (IF), da elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de Referências para os Itinerários Formativos, bem como a necessidade da elaboração de documentos referenciais curriculares estaduais para que haja uma melhor

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Sertão Pernambucano - ProfEPT/IFSertãoPE, Campus Salgueiro, cimarsouzateles@gmail.com;

² Professora Orientadora: Pós-doutorado no Instituto de Pesquisa Energética e Nuclear (IPEN/Brasil), luciana.cavalcanti@ifsertao-pe.edu.br.

orientação nos estabelecimentos de ensino sobre a organização dos currículos estabelecimentos de ensino (CEARÁ, 2022a).

Está regulamentado pela resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, que atualizaram as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares na organização curricular, a fim de atender as alterações introduzidas na Lei nº 9.394/1996 (LDB) pela Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2018b).

Essa legislação e documentos oficiais vieram propor uma renovação curricular nas instituições públicas e privadas que oferecem vagas para o ensino médio como uma das ações resultante do Plano Nacional de Educação vigente no período 2014 a 2024, em cujas metas 3 e 6, preveem respectivamente, “universalização progressiva do atendimento escolar de jovens de 15 a 17 anos, além da renovação do Ensino Médio, com abordagens interdisciplinares e currículos flexíveis”, e a “ampliação da oferta da educação de tempo integral , com estratégias para o aumento da carga horária e para a adoção de medidas que otimizem o tempo de permanência do estudante na escola” (BRASIL, 2019, p. 7), constituindo-se portanto em uma renovação resultante de um longo debate educacional, que começou a se formar com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (LDB/96) e tem se viabilizado juridicamente com as mais recentes regulamentações (FTD EDUCAÇÃO, 2020).

Neste artigo busca-se apresentar as modificações ocorridas nesta etapa da educação e os documentos que orientam para a implementação nas escolas brasileiras, sobretudo nas Escolas Estaduais de Educação Profissional. É um trabalho que faz parte da Dissertação do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT, concluído em 2023, no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE, a partir do qual observou-se que deve haver uma relação entre a formação integral do aluno e a prática social respeitando os princípios norteadores da prática pedagógica, de forma a atender ao que é comum e ao que é diverso, de acordo com a escolha dos discentes, contextualizado nas realidades local, social, escolar.

METODOLOGIA

Para obtenção destes dados foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, que de acordo com Gil (2002) se assemelham muito, sendo a diferença

essencial entre elas a natureza das fontes. Enquanto na pesquisa bibliográfica se emprega fundamentalmente as contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, na pesquisa documental faz-se uso de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Novo Ensino Médio - NEM foi instituído pela Lei nº 13.415/2017, alterou a LDB 9394/96, e veio apresentar uma nova estrutura curricular para esta etapa da Educação Básica com alterações na carga horária anual para 1000h a partir do ano letivo de 2022, na reorganização curricular, através da Formação Geral Básica (FGB) e de Itinerários Formativos (IF), da elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de Referências para os Itinerários Formativos, bem como a necessidade da elaboração de documentos referenciais curriculares estaduais para que haja uma melhor orientação nos estabelecimentos de ensino sobre a organização dos currículos estabelecimentos de ensino (CEARÁ, 2022a).

Está regulamentado pela resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, que atualizaram as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares na organização curricular, a fim de atender as alterações introduzidas na Lei nº 9.394/1996 (LDB) pela Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2018b).

Essa legislação e documentos oficiais vieram propor uma renovação curricular nas instituições públicas e privadas que oferecem vagas para o ensino médio como uma das ações resultante do Plano Nacional de Educação vigente no período 2014 a 2024, em cujas metas 3 e 6, preveem respectivamente, “universalização progressiva do atendimento escolar de jovens de 15 a 17 anos, além da renovação do Ensino Médio, com abordagens interdisciplinares e currículos flexíveis”, e a “ampliação da oferta da educação de tempo integral, com estratégias para o aumento da carga horária e para a adoção de medidas que otimizem o tempo de permanência do estudante na escola” (BRASIL, 2019, p. 7), constituindo-se portanto em uma renovação resultante de um longo debate educacional, que começou a se formar com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (LDB/96) e tem se viabilizado juridicamente com as mais recentes regulamentações (FTD EDUCAÇÃO, 2020).

De acordo com a orientação da Portaria do MEC, nº 521/2021, o NEM será implementado em três anos com um cronograma que deve ser seguido para a 1ª série no ano de 2022; na 1ª e 2ª séries no ano de 2023 e na 1ª, 2ª e 3ª séries no ano de 2024, de acordo com a Portaria de Lotação nº 0773/2021, que determina:

[...] 3.4 Considerando a implementação do Novo Ensino Médio (NEM), que terá início de forma gradual, nas turmas de 1ª série, no turno diurno, a lotação de professora/or nos componentes curriculares da formação geral básica e/ou unidades curriculares eletivas dos itinerários formativos deverá ser feita considerando a área do conhecimento a que se vincula sua habilitação e sua identificação com a atividade a ser desenvolvida, respectivamente (CEARÁ, 2021c, p. 18).

Nessa perspectiva, o Documento Curricular Referencial do Ceará - DCRC foi homologado pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE), através do Parecer CEE nº 479/2021 e regulamentado pela Resolução CEE nº 497/2021, norteará os estabelecimentos de ensino no desenvolvimento curricular, de maneira a assegurar as aprendizagens essenciais a todos os estudantes (CEARÁ, 2022a).

Conforme este documento, as aprendizagens essenciais a todos os estudantes terão uma referência curricular estadual para elaboração ou adequação de suas propostas pedagógicas, na qual a/o professora/r encontrará as competências, gerais e específicas, e as habilidades a serem desenvolvidas pelas/os discentes ao longo do ensino médio e que são propostas na BNCC, assim como os objetos de conhecimento, gerais e específicos, que nortearão o planejamento didático-pedagógico (CEARÁ, 2022a).

Além disso, o documento dispõe de princípios norteadores da prática pedagógica, a saber: formação integral da/o estudante; desenvolvimento de projetos de vida; pesquisa como prática pedagógica; respeito aos direitos humanos; compreensão das diversidades; sustentabilidade ambiental; diversificação da oferta curricular; indissociabilidade entre educação e prática social, e entre teoria e prática, no processo de ensino e aprendizagem (CEARÁ, 2022a, p. 9).

Desse modo, deve haver uma relação entre a formação integral do aluno e a prática social respeitando os princípios norteadores da prática pedagógica, de forma a atender ao que é comum e ao que é diverso, mas também as especificidades de cada curso, de acordo com a escolha dos discentes, contextualizado nas realidades local, social, escolar.

Formação Geral Básica – FGB

Além da ampliação da carga horária, a legislação também veio propor a flexibilização do currículo escolar, com uma parte destinada à Formação Geral Básica,

na qual há conteúdos obrigatórios e comuns a todas as escolas do Ensino Médio, e outra a ser escolhida pelos estudantes através dos itinerários formativos de acordo com seus interesses e disponibilidade nas instituições de ensino, de modo a se complementarem e ajudarem uma a outra a atribuir significado ao processo de ensino-aprendizagem (FTD EDU-CAÇÃO, 2020),

De acordo com a proposta de implementação do NEM, as turmas de 1ª série do turno diurno terão a carga horária total da FGB de 720 h/a, distribuídas nos 12 (doze) componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira: Inglês, Artes, Educação Física, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Matemática, Biologia, Física, Química. Para isso, cada estabelecimento de ensino deverá organizar a distribuição da carga horária, mostrando o tempo destinado a cada componente segundo o mapa curricular. Vale lembrar que para as turmas de 2ª e 3ª série continuam a mesma organização curricular do ano letivo de 2021 (CEARÁ, 2022a).

Itinerários Formativos – IF

Os IF se constituem de um conjunto articulado de unidades curriculares, que visam promover o aprofundamento nas Áreas do Conhecimento ou na Formação Técnica e Profissional, ampliando as aprendizagens e suas aplicações em diferentes contextos, com o objetivo de:

aprofundar as aprendizagens; consolidar a formação integral das/os estudantes; promover a incorporação de valores universais, como a ética, e desenvolver habilidades que permitam que as/os alunas/os tenham uma visão ampla de mundo e sejam capazes de tomar decisões dentro e fora dos estabelecimentos de ensino (CEARÁ, 2022a, p. 9).

Assim, os itinerários formativos vêm contemplar uma sequência de possibilidades que podem ser articuladas dentro da oferta de cursos de Educação Profissional, programados a partir de estudos quanto aos itinerários de profissionalização no mundo do trabalho, à estrutura sócio-ocupacional e aos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens ou serviços, que orientam e configuram uma trajetória educacional consistente (TEIXEIRA et al., 2017).

De acordo com a BNCC, a implantação de itinerários formativos configura uma estratégia para “a flexibilização da organização curricular do ensino médio” (BRASIL, BNCC, 2018a, p. 477), e podem ser construídos em torno das habilidades e competências de uma área específica, da combinação de áreas ou da formação técnica e profissional.

No contexto da Reforma, os itinerários formativos, por servirem aos objetivos da adaptabilidade e da flexibilidade na formação dos jovens, podem ser compreendidos sob duas óticas: 1) da especialização, que abrange as quatro áreas (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e sociais aplicadas), cuja finalidade é tornar os jovens do ensino médio “especialistas” em uma área de conhecimento específica; e 2) da profissionalização, que é composta pelo quinto itinerário, denominado de “formação técnica e profissional”, que de acordo com as normativas da Reforma visa promover a qualificação profissional dos jovens para ingressarem no mundo do trabalho (COSTA; DIAS, 2021).

Na rede pública estadual de ensino do Ceará, os itinerários serão formados por: “Projeto de Vida (Formação para a Cidadania e Desenvolvimento das Competências Socioemocionais), Unidades Curriculares Eletivas, Unidades Curriculares Obrigatórias e Trilhas de Aprofundamento” (CEARÁ, 2022a, p. 9).

A oferta de Projeto de Vida (PV), a partir do NEM, parte de uma premissa que visa garantir uma educação de qualidade, capaz de compreender a/o aluna/o como sujeito integrado à realidade e à complexidade de demandas impostas pela sociedade e pelo mundo do trabalho (CEARÁ, 2022a).

No estado do Ceará, o PV será desenvolvido através da unidade curricular Formação para a Cidadania e Desenvolvimento das Competências Socioemocionais (FC), que faz parte do Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT). E diferentemente de anos anteriores, em 2022, todas as turmas de 1ª série, do turno diurno dos estabelecimentos de ensino, deverão ter a oferta do PPDT (CEARÁ, 2022a).

Também continuarão sendo desenvolvidos projetos como o Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS), o PV, o Projeto de Vida da Família Camponesa (PVFC) e o Projeto de Trabalho e Práticas Sociais (PTPS), que atuarão como unidades curriculares complementares ao PV, e serão estruturados de acordo com as diferentes modalidades de ensino da rede (CEARÁ, 2022a).

Já as Unidades Curriculares Obrigatórias devem considerar as particularidades encontradas nos estabelecimentos de ensino de sua rede, e a Seduc, em diálogo com as Crede/Sefor e os estabelecimentos de ensino, resolveu tornar obrigatório nos IF algumas unidades curriculares, por exemplo, Língua Estrangeira, Redação etc. (CEARÁ, 2022a). Assim, todos os estabelecimentos de ensino deverão ofertar as unidades curriculares de Redação e Língua Estrangeira com carga horária de 1 h/a em seus itinerários. Para isto, é preciso considerar a existência de docente de Língua Espanhola para que seja

obrigatoriamente ofertada a unidade de Língua Espanhola. Caso não haja esse professor, poderá ser ofertado outro idioma, inclusive a Língua Inglesa. Entretanto, alguns estabelecimentos de ensino, terão outras unidades obrigatórias por possuírem particularidades (CEARÁ, 2022a).

Também serão ofertadas as Unidades Curriculares Eletivas nos estabelecimentos de ensino, assim como já é realizado nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI), as unidades de ensino seguirão a orientação dada de acordo com as informações contidas na Nota Técnica - Organização das Unidades Curriculares Eletivas, utilizando como referência para a escolha das unidades o Catálogo de Componentes Eletivos 2021 (CEARÁ, 2022a).

Nas Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP deve-se considerar as alterações realizadas nas matrizes dos cursos em funcionamento, em virtude da necessidade de adequação ao NEM, listando-se alguns pontos importantes que deverão ser observados no ano letivo de 2022:

Todas as matrizes, antes com 2.620 h/a na FGB, estão agora organizadas com uma carga horária de 2.160 h/a. De acordo com as especificidades de cada curso técnico, algumas unidades curriculares, que mais se alinham à natureza do curso, foram inseridas na Parte Diversificada, visando potencializá-lo, por meio da integração das unidades que compõem o currículo (CEARÁ, 2022a, p. 18).

Desse modo, cada curso técnico terá unidades curriculares da FGB que também poderão compor a Parte Diversificada, de forma específica, já que se destinarão ao aprofundamento dos conteúdos de modo integrado à parte técnica. Assim, cada curso técnico possuirá unidades curriculares específicas e deverão ser observadas nas arquiteturas propostas para cada um deles (CEARÁ, 2022a).

No Curso de Comércio, por exemplo, a carga horária das unidades curriculares contributivas da FGB, são: Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia, e encontram-se na Parte Diversificada como aprofundamento: Aprofundamento em Língua Portuguesa, Aprofundamento em Matemática, Aprofundamento em História e Aprofundamento em Geografia, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1: Adaptação da Matriz do Curso de Comércio para as Turmas Iniciadas em 2022



ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP
EIXO TECNOLÓGICO: **GESTÃO E NEGÓCIOS**
CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM **COMÉRCIO**
TURMAS INICIADAS EM 2022

COMPONENTES CURRICULARES/ANO		1º ANO				2º ANO				3º ANO				TOTAL
		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		
DISCIPLINAS		S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
FORMAÇÃO GERAL	Língua Portuguesa	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Artes	1	20	1	20									40
	Língua Estrangeira: Inglês	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Educação Física	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	História	1	20	1	20	2	40	1	20	2	40	2	40	180
	Geografia	1	20	1	20	1	20	2	40	1	20	1	20	140
	Filosofia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Sociologia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Matemática	3	60	3	60	3	60	3	60	3	60	3	60	360
	Biologia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Física	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Química	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	SUBTOTAL		18	360										
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira: Espanhol	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Horário de Estudo I	2	40	1	20	2	40	2	40	3	60	2	40	240
	Horário de Estudo II	2	40			2	40	2	40	2	40			160
	Projeto de Vida	3	60	3	60	1	20	1	20	1	20			180
	Oficina de Redação					1	20	1	20	1	20			60
	Empreendedorismo	2	40	2	40									80
	Formação para a Cidadania	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Projetos Interdisciplinares I	2	40	1	20	3	60	3	60	2	40	2	40	260
	Projetos Interdisciplinares II	2	40			2	40	2	40	2	40			160
	Mundo do Trabalho	2	40	1	20	1	20	1	20					100
	Aprofundamento em Língua Portuguesa	3	60	2	40	1	20	1	20					
	Aprofundamento em Matemática	2	40	2	40									
	Aprofundamento em História	1	20	1	20			1	20					
	Aprofundamento em Geografia	1	20	1	20	1	20			1	20	1	20	
	Preparação e Avaliação da Prática de Estágio											5	100	100
SUBTOTAL		24	480	16	320	16	320	16	320	14	280	12	240	1.960
TOTAL GERAL		45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	5.400

Fonte: CEARÁ, 2022b (Adaptada pela Autora).

Como pode-se observar, as 460 h/a equivalentes à diferença de carga horária entre o formato anterior e o atual, foram para a Parte Diversificada e deverão ser utilizadas para

aprofundamento dos objetos do conhecimento, de acordo com a proximidade mais acentuada com o curso técnico, a fim de facilitar a integração curricular entre base técnica e FGB. Também há a orientação para que as cargas horárias relativas aos Horários de Estudos (HE) e Projetos Interdisciplinares (PI) sejam empregadas com foco na recomposição das aprendizagens das/os estudantes (CEARÁ, 2022a).

A integração curricular, nessa perspectiva, se dará por meio do alinhamento entre os objetos de conhecimento da FGB com a formação técnica, em articulação com os objetivos de aprendizagem comuns e analisando os desafios e as perspectivas trazidas por este processo, principalmente no tocante ao desenvolvimento da educação em tempo integral (CEARÁ, 2022a).

Dessa forma, o ensino integrado vem propor uma ação pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se contenta com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que abrange o direito de todos ao acesso a um processo formativo que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015)

Entretanto, para haver essa integração entre as unidades do conhecimento que compõem as matrizes curriculares dos cursos técnicos tem-se um processo complexo, no qual o planejamento torna-se uma ação que deve preceder todas as outras. Portanto, é necessário que a escola busque promover momentos para que professoras/es da FGB e da Formação Profissional, possam se aproximá-las/os, de modo a facilitar o processo de integração entre as disciplinas, mesmo sabendo dos desafios que poderão surgir (CEARÁ, 2022a).

A implementação do NEM, como já dito anteriormente, deverá acontecer de forma progressiva, iniciando pela 1ª série no ano de 2022, e as demais séries nos anos subsequentes. Assim, todos os cursos (exceto os novos) deverão funcionar com duas matrizes: uma para as turmas de 1ª série e outra para as turmas de 2ª e 3ª séries, uma vez que já tinham iniciado antes das atualizações das matrizes curriculares (CEARÁ, 2022a).

Em 2022, foram implantados três novos cursos: Computação Gráfica, Desenvolvimento de Sistemas e Sistemas de Energia Renovável (que funcionarão com uma única matriz para cada curso) (CEARÁ, 2022a).

As unidades curriculares da Parte Diversificada permanecem as mesmas e sem alteração de carga horária, entretanto essa parte do currículo ganhou novas unidades, como o Espanhol, bem como as advindas da FGB como aprofundamento (CEARÁ, 2022a).

Os projetos integradores – PI

Segundo Barbosa e Moura (2013), os projetos são empreendimentos bem delineados que surgem a partir de uma necessidade ou interesse de um indivíduo ou de um grupo de pessoas na busca de uma proposta de solução para um problema identificado. Assim, todo projeto envolve uma atividade instrutiva, mesmo que não esteja claro em seus objetivos.

Já os projetos integradores são ferramentas importantes, não somente para capacitação em termos de conteúdos, mas também para o desenvolvimento de competências e habilidades que serão úteis na vida e desenvolvimento acadêmico e profissional dos educandos (MAGALHÃES; PEREIRA, 2019). São projetos que utilizam metodologias para estimular a autonomia, o protagonismo e a responsabilidade dos educandos para que façam escolhas e tomem decisões em relação aos seus planos atuais e futuros, participando como sujeitos do próprio aprendizado e agentes de transformação, dentro e fora da escola (ARTACHO, 2020).

Assim, os projetos integradores vêm para se alinhar à proposta de consolidação do trabalho organizado em áreas do conhecimento e com o objetivo de buscar a formação integral dos estudantes do ensino médio, no intuito de tornar a aprendizagem mais significativa (FTD EDUCAÇÃO, 2020).

De acordo com as diretrizes para o ano letivo de 2022, no estado do Ceará, os Projetos Integradores consistirão em materiais baseados na pedagogia de projetos, que sugerem um trabalho voltado para a realização de pesquisas e ações relacionadas às vidas das/os estudantes, às suas unidades de ensino, à sua comunidade local, à sua região, de modo a serem realizadas ao longo dos semestres letivos (CEARÁ, 2022a).

Entretanto, sabe-se que mesmo havendo essas orientações para uma prática educativa que permita uma analogia entre aprender os conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões do cotidiano (aprender na realidade e da realidade) ainda é muito difícil acontecer, pois a gestão do conhecimento deve partir do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, mas na maioria das vezes os professores e alunos ainda não se acham aptos ou não querem buscar procedimentos interdisciplinares capazes de possibilitar o acender da chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (BRASIL, 2013).

Nessa perspectiva, o estado do Ceará fez a opção de manter a organização curricular por componentes, que deverão dialogar entre si, tendo em vista uma abordagem interdisciplinar dos conhecimentos (CEARÁ, 2022a).

Assim, o desenvolvimento de projetos integradores poderá ocorrer ao longo das aulas dos componentes da FGB, mas sem substituir o uso do livro didático da Área, consistindo em um material complementar capaz de contribuir para melhorar o repertório de recursos disponíveis às/aos professoras/es (CEARÁ, 2022a).

Nesse sentido, a rede estadual de ensino do Ceará busca valorizar e incentivar práticas de integração inter e transdisciplinar, para que haja um diálogo mais fluido entre componentes curriculares e a mudança do paradigma da compartimentalização dos saberes, já que com a implementação do NEM, essa necessidade de integração se tornará cada vez mais necessária, em virtude dos materiais didáticos, que serão compostos pelos livros didáticos das Áreas do Conhecimento/Obras Específicas e dos Projetos Integradores (CEARÁ, 2022a).

Até o ano de 2021 as escolas estaduais do Ceará não dispunham de nenhum material estruturado para a disciplina de Projetos Interdisciplinares, nome dado à disciplina nas escolas estaduais de educação profissional. Entretanto, em 2020 foi elaborado um material estruturado por área do conhecimento que chegou às escolas de Educação Profissional no ano de 2021, através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). São livros que propõem projetos por área do conhecimento de acordo com a perspectiva interdisciplinar proposta pela BNCC, agrupando componentes da etapa final da Educação Básica, o Ensino Médio, como detalhado no quadro abaixo:

Quadro 1: Características dos Livros de Projetos Integradores distribuídos na EEEP Professor Moreira de Sousa em 2022

Título	Área	Projetos	Temas Integradores
Da Escola para o Mundo	Linguagens e Suas Tecnologias	1. Difusão do audiovisual na comunidade 2. De olho nas culturas juvenis 3. Informação e responsabilidade 4. A paz que a gente constrói 5. Futuro: criatividade e responsabilidade 6. O Brasil aqui e lá	1. Steam 2. Protagonismo juvenil 3. Mídiaeducação 4. Mediação de conflitos 5. Empreendedorismo 6. Visões do Brasil
Ver o Mundo	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	1. Sociedade e Informação 2. O Consumo Consciente 3. Memes, Arte e política 4. Democracia e Conflito 5. Comunicação e Cultura 6. Identidades, Origens e Espaços	1. Steam (Ciência, Tecnologia, engenharia, Arte e Matemática) 2. Protagonismo Juvenil 3. Mídiaeducação 4. Mediação de conflitos

			5. Mídiaeducação 6. Protagonismo Juvenil
Conhecer e Transformar	Ciências da Natureza e Suas Tecnologias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão de resíduos: em busca de soluções. 2. Aquecimento global: o futuro em perigo. 3. A comunicação científica na era da internet. 4. Conforto ambiental: para quem? 5. Envelhecer no século XXI. 6. Cuidar de si e ser feliz. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Descartes de resíduos e impactos socioambientais. 2. O que está ocorrendo com o clima do planeta? 3. O que é comunicação científica? 4. O espaço físico das escolas. 5. A velhice no olhar do outro. 6. A ciência pode contribuir para melhorar a vida
Vamos Juntos, Profe!	Matemática e Suas Tecnologias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Steam 2. Protagonismo juvenil 3. Mídiaeducação 4. Mediação de conflitos 5. Protagonismo juvenil 6. Mídiaeducação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação ambiental 2. Multiculturalismo 3. Saúde 4. Educação em direitos humanos e trabalho 5. Educação financeira e educação para o consumo 6. Vida familiar e social.

Fonte: Criado pela autora (Adaptado de Artacho, 2020; Furtado, 2020; Hernandes, 2020; FTD Educação, 2020).

Os livros detalhados no quadro acima, apresentam as propostas de projetos de acordo com as áreas do conhecimento, contemplando as disciplinas daquela área, bem como das outras áreas com a indicação de competências e habilidades para outras disciplinas. Porém, não se observa nenhuma sugestão para o trabalho no ensino integrado, nem mesmo no Manual do Professor, que traz várias orientações não contempladas no livro destinado aos discentes, que os utilizarão durante os três anos do Ensino Médio. Também há alguns projetos cujos temas deveriam estar mais contextualizados com a área, como no de Matemática que o tema “Educação financeira e educação para o consumo”, só aparece no quinto projeto. Neste livro também poderia haver uma melhor definição dos títulos de acordo com o que é trabalhado em cada projeto, como o projeto um, cujo título é “Steam” e poderia ser mais voltado para a sustentabilidade que é o que se trabalha durante o seu desenvolvimento.

Sabe-se que o uso desses livros, assim como o desenvolvimento dos projetos, vai depender do planejamento do professor. Entretanto, se a estrutura do livro já possibilitasse uma forma mais prática de integração ajudaria no desenvolvimento do trabalho docente, como aconteceu com a análise feita durante esta pesquisa por meio da observação da possibilidade de abordar mais disciplinas nos projetos ali apresentados, colocando não apenas no manual do professor, mas também deixando bem claro no livro do aluno para

que ele perceba e possa desenvolver os projetos dialogando com todas as disciplinas sugeridas.

Entretanto, mesmo que esses livros não sejam distribuídos, ou que a Matriz Curricular do curso não contemple a disciplina da Parte Diversificada de Projeto Interdisciplinar, as turmas podem trabalhar com a metodologia de projetos, pois o que acontece muitas vezes nas escolas, é que na correria para cumprir o calendário escolar e o conteúdo programático para aquela série, os professores terminam por não proporcionar discussões relevantes sobre determinados temas ligados à sua disciplina. Porém, existem outras atividades que podem ser desenvolvidas na carga horária destinada à parte diversificada do currículo escolar como sugerido no trabalho com projetos (RAMOS; AQUINO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Escolas Estaduais de Educação Profissional precisaram considerar as mudanças ocorridas nas matrizes dos cursos em funcionamento, em virtude da necessidade de adequação ao Novo Ensino Médio, visto que este vem sendo implementado de forma progressiva, iniciando pela primeira série no ano de 2022, e as demais séries nos anos subsequentes.

Assim, todos os cursos (exceto os novos) funcionaram com duas matrizes a partir de 2022: uma para as turmas de primeira série e outra para as turmas de segunda e terceiras séries. Além de algumas unidades curriculares da Formação Geral Básica que também passaram a compor a Parte Diversificada, de forma específica, já que se destinam ao aprofundamento dos conteúdos de modo integrado à parte técnica de acordo com as especificidades de cada curso.

Como pode-se perceber na Educação Profissional as mudanças com o Novo Ensino Médio foram mínimas, havendo uma alteração mais significativa com a disciplina de Espanhol que saiu da Formação Geral e foi para a Parte Diversificada do currículo, que ganhou novas disciplinas, como o Espanhol, que fazia parte da Formação Geral e passou para a Parte Diversificada.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, R. M. L; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**. v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 05 mai. 2021.

ARTACHO, M. **Conhecer e transformar:** [projetos integradores]: ciências da natureza e suas tecnologias/Margarete Artacho (coordenação). 1 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular.** 11 de maio de 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 07 mai. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE nº 3 de 21/11/2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de novembro de 2018b. Disponível em: Resolução CNE nº 3 DE 21/11/2018 (normasbrasil.com.br). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Secretários da Educação. Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação. **Guia de implementação do novo ensino médio.** 2019. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/#!/guia>. Acesso em: 14 fev. 2020.

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria de Educação. **Documento Curricular Referencial do Ceará - Ensino Médio.** Versão Lançamento Virtual (Provisória). Fortaleza, 2021a. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/01/dcrc_completo_v14_09_2021.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria de Educação. **Diretrizes para o Ano Letivo 2022.** Fortaleza, 2022a. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/01/diretrizes_para_o_ano_letivo2022.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria de Educação. **Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP.** Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios. Curso Técnico de Nível Médio em Comércio. 2022b. Matriz Curricular para as Turmas Iniciadas em 2022.

COSTA, H. P.; DIAS, V. E. M. A. Profissionalização Generalizada na Reforma do Ensino Médio. **Revista Trabalho Necessário**, 19(39), 236-259. <https://doi.org/10.22409/tn.v19i39.47185>. 27 maio 2021.

FTD EDUCAÇÃO. **Ver o mundo: projetos integradores: área do conhecimento: ciências humanas e sociais aplicadas.** Volume único: ensino médio/organizadora FTD Educação; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela FTD Educação; editor responsável João Carlos Ribeiro Júnior. 1 ed. São Paulo: FTD, 2020.

FURTADO, P. **Vamos juntos, profe!:** Projetos integradores: Matemática e suas tecnologias. Volume único/Patricia Furtado, Juliana Facanali, Eliana Pereira Gonçalves. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERNANDES, R. **Da escola para o mundo:** projetos integradores: Linguagens e suas tecnologias. Volume único/Roberta Hernandez, Ricardo Gonçalves Barreto. 1 ed. São Paulo: Ática, 2020.

MAGALHÃES, W.; PEREIRA, A. L. O uso da aprendizagem baseada em problemas no ensino técnico: projetos integradores como experiência interdisciplinar. **Educitec**, Manaus, v. 5, n. 12, p. 274-287, dez. 2019.

RAMOS, P. S.; AQUINO, K. A. S. Ações na parte diversificada do currículo: um relato de experiência na perspectiva de uma aprendizagem significativa crítica. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**. Recife, v. 1, n. 1, p. 240-249, 2015.

TEIXEIRA, R. F. B.; MATIAS, G.; DOMINGUES, H. P.; ROLIN, E. C. Concepções de itinerários formativos a partir da Resolução CNE/CEB nº 06/2012 e da Lei nº 13.415/2017. In: **Congresso Nacional de Educação, 13., Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação, 4., Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente**, 6. Curitiba. Anais [...]. Curitiba: PUCPR, 2017. p. 16027-16039. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/27280_14159.pdf. Acesso em: 08 jul. 2020.